

# NOVAS PRODUÇÕES ESPACIAIS EM TERRITÓRIOS DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO LITORAL DE SÃO MATEUS - ES: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.

*Claudinea da Cunha Teixeira<sup>1</sup>*

O objetivo desse estudo é analisar as novas produções espaciais que sobrepõe o território das populações tradicionais em Barra Nova e Campo Grande. Esse estudo é a apresentação dos primeiros resultados da pesquisa Novas produções espaciais em territórios de populações tradicionais no litoral de São Mateus ES. Nesse início de século, as populações tradicionais sofrem com a pressão do modelo capitalista de produção do espaço. O fenômeno da globalização mudou o sentido dos projetos econômicos, passaram a investir na inserção do local e estes buscaram criar estratégias para essa inserção: a criação de um Plano de Ordenamento em 2001 para Barra Nova sugeriu transformá-la em área de expansão urbana; em 2003 a Estação Ecológica de Barra Nova é extinta e o Terminal Norte Capixaba é instalado na região para atender a indústria do petróleo e em 2005 o poder legislativo aprova o Plano Diretor Municipal, legitimando a região como urbana, propondo ser zona de crescimento da cidade. Essas estratégias de inserção do litoral nos projetos econômicos têm exposto o território dessas populações a vulnerabilidades.

**Palavras-chaves:** Espaço produzido; litoral; populações tradicionais; território.

## INTRODUÇÃO

É crescente a ocupação do litoral brasileiro, tanto pelo processo de urbanização que tem intensificado cada vez mais a expansão da cidade em direção as áreas litorâneas, quanto por projetos de desenvolvimento econômico de diferentes escalas: nacional, regional e local.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

São formas de ocupações que surgem em função dos interesses do capital. Portanto, o litoral tem se transformado em espaços produzidos, ou seja, os vêem como uma oferta para ampliar o modelo capitalista de produção.

Esses espaços produzidos têm modernizado as áreas litorâneas, dando-lhes uma urbanidade, apresentando uma continuidade das atividades que servem ao capital. Os primeiros espaços, frutos do capitalismo são onde materializaram as forças produtivas, na cidade. Porém, essa materialização que se apresenta dotada de técnicas modernas tende a se expandir, num processo contínuo de re-produção, apresentando novos espaços. Nesses espaços destacam empreendimentos construídos em função das atividades econômicas. Concomitante, torna-se perceptível, que nesses mesmos espaços é cada vez expressivo o número de loteamentos e adensamentos de moradias. Essas áreas urbanas que emergem é parte de uma totalidade de um processo econômico, onde a produção do espaço é intencional.

Desde o período colonial, o litoral sempre foi um espaço de interesse de ocupação econômica. Ocorreu no litoral oriental da Zona da Mata, no Recôncavo Baiano, no litoral Fluminense e no litoral de São Paulo, sendo onde territorializaram as primeiras atividades agrícola-mercantis da Colônia brasileira e os primeiros núcleos urbanos que se expandiram para Belém, São Luís, Fortaleza e Vitória, cidades que se destacaram por atividades portuárias.

Na década de 1950, a ocupação ocorreu a partir da aceleração da indústria. A acumulação de capital passou a ser de caráter industrial e os espaços produzidos também, os adensamentos populacionais decorriam desse processo, principalmente nas capitais.

Essa produção de um espaço modernizado pelas atividades capitalistas apresenta-se de forma descontínua ao longo do litoral, em alguns lugares se intensificou, transformando-os em grandes centros urbanos, enquanto que em outros o processo está em percurso. É possível pontuar ainda áreas litorâneas no Brasil que não apresentam expressivo adensamento, porém não ficaram livres de ocupações humanas. Foram habitadas por grupos locais com um modo de vida não urbano. Suas atividades, não estando na lógica capitalista, apresentam um processo de

apropriação do espaço desproporcional aos grupos capitalizados. Essa lógica de apropriação se baseia no uso coletivo e na subsistência. Enquanto que para os outros há uma apropriação intencional, ou seja, fazem do espaço um produto para o lucro.

Outra desproporção entre os dois grupos está na escala espaço e tempo. O grupo capitalizado busca a expansão do processo de apropriação; melhor dizendo de dominação do espaço. Necessita aumentar o capital, sendo assim, utiliza-se de uma escala de tempo cada vez menor e re-produzindo novos espaços.

O outro grupo, aqui nomeado de tradicionais \_ não no sentido de atrasados, menos modernos. Mas devido seu modo de vida, sua relação com os recursos naturais \_ a sua territorialidade. A escala de tempo se dá em ritmo lento, o uso dos recursos naturais, permitiu que esses recursos se regenerem dentro do próprio ciclo natural. Assim também é a escala do espaço, seu uso é restrito ao vivido, ou seja, definido por um território.

A expansão de espaços em função do capital no litoral brasileiro sobrepõe-se aos territórios de grupos locais, provocando mudanças socioespaciais. Comum em vários municípios litorâneos, essa sobreposição tem contribuído para que populações tradicionais se tornem ainda mais invisíveis num processo de injunção.

A nova ordem que se impõe nessas localidades: técnica, advinda dos empreendimentos econômicos na atividade do petróleo; por meio processos de urbanização decorrentes da ampliação de áreas urbanas, ou ainda, pela atividade de turismo em buscar nessas áreas um atrativo para o lazer. Apesar de recentes no litoral do município de São Mateus ES, já expõe o território das populações tradicionais à vulnerabilidade.

O objetivo deste estudo é, de forma preliminar, refletir a sobreposição dessa nova ordem nas áreas litorâneas de Barra Nova e Campo Grande, onde se encontram os territórios das populações pesqueiras e catadoras de caranguejo.

No primeiro momento apresenta a territorialidade das populações tradicionais considerando a identidade desse grupo. No segundo momento discute o processo

de produção do espaço identificando quais são os fatores responsáveis. Finaliza investigando qual a participação do Estado e os novos processos socioculturais que surgem nessa produção espacial.

## **A TERRITORIALIDADE DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS DE BARRA NOVA E CAMPO GRANDE**

A população pesqueira e catadora de caranguejo mantém seu modo de vida próprio e com algumas características distintas. Encontram-se próximo a ecossistemas que lhes proporcionam recursos para sua existência. São grupos locais que permanecem próximos a ambientes naturais, pois foi através deles que garantiram a subsistência. Compensando o que a natureza lhes oferece, “Cuidam dela”, cientes que não é possível permanecer existindo com esse modo próprio de vida se os recursos acabarem, assim aplicaram uma forma de manejo<sup>2</sup> que permitiu a preservação.

As localidades de Barra Nova e Campo Grande até a década de 1970 se mantiveram em processo de ocupação de modo tradicional. A atividade da pesca artesanal e a cata do caranguejo foram as principais atividades, conjugadas à criação de animais de pequeno porte e a agricultura, ambas de subsistência.

Os grupos que aí chegaram, sua posse se deu em terras devolutas, cada um demarcava uma área que fosse suficiente para sua subsistência. Se territorializaram escapando das frentes de expansão das atividades econômicas agrícolas e da cidade que iam em direção as terras indígenas e dos negros. Essas terras quando ocupadas por esses processos de expansão provocaram reagrupamentos étnicos, o que levou a origem de grupos com territórios distintos. Tal reagrupamento se deu não só pela miscigenação biológica, mas também pelo sincretismo cultural \_ um processo etnogênese, comum no território brasileiro originando diferentes grupos humanos e uma diversidade fundiária.

---

<sup>2</sup> Todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (SNUC, Lei Nº 9.985, 18 de julho de 2000).

A terra por ser devoluta, a ocupação se dava pela ordem de chegada, o dono era quem chegasse primeiro. Sua origem está nos reagrupamentos étnicos e, nesse processo se deu a territorialidade e identidade das populações extrativistas de Barra Nova e Campo Grande.

É preciso primeiro entender qual o sentido da palavra identidade. As contribuições de Bossé se mostraram pertinentes, pois, segundo o autor:

Se logo a primeira vista a identidade apresenta-se como resposta a um “o que é?”, “quem são eles?”, “ quem somos nós”, e serve para dar substância e sentido a objetos ou pessoas, ela pressupõe que sejam estabelecidos critérios adequados a uma identificação, que, de sua parte, remete a dois processos distintos e complementares.

Esses processos que o autor se refere como distintos e complementares, destacam a forma de identidade:

De um lado, a identificação “consiste, em um sentido lógico transitivo, em designar e nomear qualquer coisa ou qualquer um, e depois em caracterizar sua singularidade.” De outro lado, em sentido intransitivo e por vezes reflexivo, e entendendo a identidade como similaridade, a identificação consiste em se assemelhar a qualquer coisa ou a qualquer um e se traduz, principalmente, tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão.

O uso comunal dos recursos naturais e a capacidade de uso sustentável, os saberes adquiridos de geração para geração, o sincretismo cultural, a convivência na coletividade são as principais características dessa identidade.

Na lembrança dos mais velhos, foi possível perceber que o caranguejo foi um importante recurso, manteve o sustento das populações nessa localidade, pois gerações e gerações continuaram tirando do manguezal sua principal fonte de sobrevivência.

O manguezal usado por essas populações; continuando até os dias de hoje; transformou-se em uma terra de uso comum. Várias gerações utilizaram-se desse ecossistema coletivamente, tendo meios de garantir sua sobrevivência. De uso comum no sentido de que todos pudessem usá-lo, basicamente terras livres.

O território das populações tradicionais se mostra pela posse dos recursos, ou seja, nas atividades extrativistas: a cata do caranguejo e a pesca, quanto pelos saberes adquiridos na co-vivência com o mar, o mangue e o rio. O que se apresenta até aqui é uma tentativa em entender o que venha a ser o território para essas populações.

Para Penna (apud Bezerra, 2007 p. 42), as marcas da identidade não estão inscritas no real, mas os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas e dele selecionadas. “A luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e conseqüências materiais”.

E o território dessas populações pode dar identidade a essas populações? Para Bossé o território identitário não é apenas ritual e simbólico; é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades.

## **O INÍCIO DE UMA NOVA PRODUÇÃO ESPACIAL**

A exploração do petróleo na década de 1970 foi responsável pela abertura da primeira estrada ligando Nativo de Barra Nova a localidade de Pedra D'água, facilitando o acesso aos lugares que antes era feito pelo rio. A segunda estrada foi da localidade de Campo Grande a Pontal de Ipiranga, no município de Linhares, na metade da década de 1980. E uma terceira estrada de Barra Nova ao Mariricu, por volta da metade da década de 1990.

A presença do IBAMA na fiscalização das atividades extrativistas, conforme a legislação ambiental e a abertura das estradas foi o início do processo de mudança, o Estado passa a dar uma funcionalidade a essa região litorânea: os projetos de caráter desenvolvimentista.

A região foi transformada em uma Unidade de conservação: a Estação Ecológica de Barra Nova, criada em 05 de abril de 1990 através da Lei nº 001/90, sendo formada por uma ilha compreendida entre a foz do rio Ipiranga e a foz do rio Barra Nova/ Barra Seca. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação \_

SNUC, a Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio público, sendo proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional.

A escassez dos recursos naturais tem levado o Estado a criar meios de controlar uma exploração desenfreada, ou seja, impedir a posse e o esgotamento definitivo desses recursos. Porém, ao criá-los, baseia-se em modelos racionalistas, segundo os quais, para a natureza ser preservada, é preciso separá-la do homem. Para Diegues (1998), são modelos baseados no mito de uma natureza intocada:

**“[...] em que os homens são proibidos pelo Estado de exercer suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre mitos das sociedades modernas.”**

Apesar de ter sido transformada em Estação Ecológica, a região não sofreu nenhuma das mudanças previstas na legislação quanto ao seu manejo. O mangue continuou a ser utilizado pela população local, apesar do IBAMA adotar uma fiscalização um tanto mais rigorosa quanto ao uso dos recursos. Segundo o SNUC é inviável a presença de comunidades dentro de uma Estação Ecológica, porém as comunidades extrativistas ali existentes permaneceram. Ao se criar essa Unidade, não considerou a presença de grupos locais, também responsáveis pelo alto grau de preservação desta região.

Antes da chegada do Projeto Tamar/ IBAMA, a população tinha como um de seus alimentos a carne da tartaruga marinha; ao transformar a área em ponto de fiscalização para o controle e preservação das tartarugas marinhas, a prática do consumo precisou ser extinta. Assim, o morador que praticasse o consumo estaria infringindo a legislação.

Em fevereiro de 2002, uma votação do Legislativo municipal de São Mateus declarou extinta a Estação Ecológica. A extinção dessa Unidade de Conservação provocou uma mobilização por parte da sociedade civil, principalmente ambientalistas que cobravam da prefeitura uma postura responsável em relação aos recursos naturais. A extinção foi uma estratégia política para liberar a área para

futuras instalações do Terminal Marítimo Norte Capixaba, um empreendimento com a finalidade de armazenamento e escoamento do petróleo explorado em toda região dos municípios de Linhares, Jaguaré e São Mateus.

Nesse mesmo ano, é apresentado para Barra Nova Norte um Plano de Ordenamento para evitar o crescimento descontrolado da região, elaborado pelo Laboratório de Planejamento e Projetos – CAR/UFES. Esse Plano legitimou a transformação dessa área em expansão urbana, atendendo as exigências do Programa de Desenvolvimento do Turismo \_ PRODETUR, nesse período destinou-se verbas para áreas turísticas urbanas que apresentassem um Plano de Ordenamento, o que justificou a elaboração do Plano. A localidade hoje apresenta uma ocupação totalmente desordenada e a população que sempre existiu vem sofrendo fortes pressões espaciais, havendo uma tendência a ampliar-se, pois com o Plano Diretor Municipal (no ano de 2005) essa região de Barra Nova foi planejada para futura Zona de Expansão Urbana.

Esse poder sobre o espaço é uma tendência tanto em Barra Nova com o ordenamento, quanto em Campo Grande, com o surgimento de loteamentos e na proposta de expansão da cidade. Lefebvre<sup>3</sup> afirma “com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional, quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas.” Se por um lado tem o Plano Municipal de Ordenamento, o Plano Diretor Municipal, aqui chamado de espaço abstrato como sugere Lefebvre, por outro há projetos de loteamentos, a especulação imobiliária e os mercadores do espaço.

A idéia de que o espaço produzido fundamenta-se na apropriação privada, contribuiu para entender o processo de uso do espaço nas localidades, pois em ambas começam a surgir o parcelamento do solo e novos proprietários, uma apropriação individual como sugere Carlos<sup>4</sup>. Essas e outras novas produções espaciais que surgem provocam modificações nas próprias populações que aí vivem e também em suas próprias realidades: o modo de vida, o uso do tempo, o uso do espaço e na economia. Antes, os festejos simbólicos de puro sincretismo eram destaques; a festa

---

<sup>3</sup> Henri Lefebvre: *Espaço e Política*.

<sup>4</sup> Ana Fani Alessandri Carlos: *A (re)produção do espaço urbano*.



de São Benedito, de São José. Hoje o festival do camarão e do caranguejo. Antes os barcos a remo, hoje barcos motorizados.

Nessa mudança de realidade como parte do processo de produção do espaço, Carlos destaca que é preciso perceber que “(...) as modificações que a sociedade imprime no espaço geográfico pressupõem transformações da própria sociedade, na medida em que o espaço reproduz-se concomitantemente a reprodução da própria realidade.” A sociedade e seu espaço constituem um todo indissociável no sistema de interações onde a sociedade se cria criando o espaço (ISNARD, apud. Carlos, 1994, p. 24).

No ano de 2003 a localidade de Campo Grande, antiga área da EEBN recebeu um grande empreendimento, o Terminal Norte Capixaba, com a finalidade escoar a nova curva de produção da Unidade de Negócios de Exploração e Produção do Espírito Santo e, principalmente do óleo pesado proveniente do Campo Fazenda Alegre (FAL), município de Jaguaré.

O TNC na região de Barra Nova compreende uma dentre outras atividades da indústria do petróleo em São Mateus, classificando o município em segundo lugar nas atividades de exploração do petróleo, recebendo anualmente cerca de R\$ 16.473.351,67 em *royalties*.

Com a implantação do Terminal Norte Capixaba, as localidades estão expostas a uma vulnerabilidade, pois este empreendimento provocou alterações no espaço que são perceptíveis de pontuar:

\_ A preexistente unidade de conservação, na categoria municipal de Estação Ecológica de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi extinta em fevereiro de 2002 provocando uma maior pressão sobre os recursos naturais.

\_ Abertura de estradas de acesso para Campo Grande ligando a BR 101 para permitir a mobilidade de acesso ao TNC, aumentando cada vez mais o fluxo de automóveis e pessoas circulando por estas comunidades, principalmente em Campo Grande, comunidades onde se insere o TNC.

\_ Sentimento de insegurança pela comunidade local no uso dos recursos, pois os dutos estão submersos no manguezal e no rio da região. Há uma vulnerabilidade de riscos com a chegada do Terminal, não só de vazamento do petróleo no rio e no mangue. Cita-se explosões de tanques de armazenamento, poluição por meio dos efluentes.

O Terminal Norte Capixaba, com todo seu aparato tecnológico é uma exposição da dominação e da organização que a indústria do petróleo sobre o espaço, estabelecendo uma espacialidade particular. Lefebvre distingue essa forma ao caracterizar a dominação do espaço a partir da técnica, prática, sobre a natureza. Segundo o autor “para dominar um espaço, especialmente na sociedade moderna, em geral a técnica impõe formas retilíneas, geométricas, “brutalizando” a paisagem. A dominação, que nasce com o poder político, vai cada vez mais se aperfeiçoando”. (LEFEBVRE, 1986 apud HAESBAERT, 2007, p.94).

A extinção da Estação Ecológica de Barra Nova; a implantação do TNC em campo Grande; o Plano de Ordenamento de Barra Nova, a transformação em área de expansão da cidade, o Plano Diretor fortalecendo a proposta de turismo são ações intencionais na produção do espaço dando-lhe funcionalidade, estratégias para a reprodução de um espaço urbano.

A atividade da indústria do petróleo, o turismo e a urbanidade se incluem no processo da modernização do espaço litorâneo, uma revolução urbana. Segundo Lefebvre(1999):

O urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se portanto, não como realidade acabada, situada, em relação a realidade atual, de maneira recuada no tempo [...]. O urbano é possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível.

Não menos importante que as outras discussões de Lefebvre sobre a produção do espaço, a idéia de pensar que “toda sociedade produz seu espaço”, ou, como ainda sugere “toda sociedade produz um espaço” contribuiu na análise do espaço vivido pelas populações tradicionais e no espaço em produção com a chegada de um novo grupo humano que tem de aumentar, pelo turismo, pela atividade do petróleo ou ainda pela expansão da cidade. O grupo pré-existente também participou da

produção do espaço em outro momento histórico\_ uma conduta que é territorial, resultado da relação desse grupo com o espaço, ao definir o território: construíram seu modo de vida, estabeleceram relações sociais e de uso dos recursos naturais.

Segundo Carlos (1994, p. 22) os homens, ao produzirem seus bens materiais e se reproduzindo, como espécie produzem o espaço geográfico. Entretanto, dependendo do momento histórico o fazem de modo específico, diferenciando de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Então o que há é uma paisagem geográfica com novos elementos, ampliando esse conjunto de formas: abertura de estradas, empreendimentos fixos, adensamentos de moradias e loteamentos. São os novos elementos que se inserem no litoral. Essa inserção, como sugere em O Capital de Marx, uma “criação obrigatória”.

## **A PRESENÇA DO ESTADO**

Essa região passou a receber a presença do Estado<sup>5</sup> em três momentos. O primeiro na transformação do Distrito em uma Estação Ecológica e na delimitação da área para a desova da tartaruga marinha; o segundo momento na extinção da Estação Ecológica de Barra Nova \_ EEBN, no Plano de Ordenamento de Barra Nova Norte e na construção do Terminal Marítimo Norte Capixaba (TNC) e, por último a transformação da região em zona de expansão urbana de acordo com o Plano Diretor Municipal.

Esses momentos são responsáveis pelas novas produções espaciais que estão ocorrendo em Barra Nova e Campo Grande. Fazem parte de um processo totalizante de acumulação do capital. Permite entender que as qualidades ambientais do litoral é um atrativo para o capitalismo, pois atende as novas necessidades produzidas por esse sistema. A atividade de turismo é um exemplo, pois transforma a natureza em objeto para humanidade, como diz Marx, “simplesmente uma matéria de utilidade”.

---

<sup>5</sup> Representa a União, as Unidades Federativas e o Município ou ainda outros dispositivos específicos no âmbito federal, estadual e municipal.

Aqui o objetivo é questionar quem é o Estado nesse processo de mudanças e novas produções espaciais. Para Harvey, afirmando o pensamento de Marx e Engels (1970:54) “o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. No entanto, como Estado tem que assumir uma existência “independente”, para garantir o interesse comum [...].”

Pensando na relação do Estado com as populações tradicionais, o Estado brasileiro contemporâneo seria capitalista? Para Harvey, o Estado contemporâneo é capitalista. Para entender o que afirma o autor, a leitura do pensamento de Engels possibilita perceber porque Harvey afirma que o Estado contemporâneo é capitalista. Segundo Engels (1884: Harvey 2001):

“O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a ‘realidade da idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’ como afirma Hegel. É, antes, um produto da sociedade quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade em uma luta estéril, faz-se necessário um poder colocado acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, e dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.”

As concepções sobre o Estado se mostram confusas e contraditórias diante da realidade estudada: Quem é o Estado para as populações tradicionais e para os empreendimentos econômicos? Qual o real papel do Estado diante desse processo de mudanças em Barra Nova e Campo Grande? Estaria como articulador entre população tradicional e empreendimentos econômicos? Seria juízo neutro nessa articulação? Uma condensação das relações de forças? Estaria se comportando como comitê executivo desses empreendimentos?

Os questionamentos levantados se confirmam no que Harvey cita: “é possível que o Estado tenha mudado suas funções com o crescimento e o amadurecimento do capitalismo”. “(...) A noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido”. Portanto, uma hipótese que se apresenta para essa discussão nessa pesquisa é de que o Estado estará mais para comitê executivo na produção do espaço do que

atender os direitos das populações tradicionais. O direito local<sup>6</sup> destas comunidades tende se perder, pois o sistema legal, aplicado pelo Estado apresenta os princípios de igualdade, liberdade e justiça regidos pelo direito constitucional, negando as particularidades desses grupos.

## **NOVOS PROCESSOS SOCIOCULTURAIS**

As populações tradicionais passaram por sérias mudanças: o uso do recurso em demasia, a cobrança de preservação do manguezal pela legislação, a imposição do Estado em apropriar-se da localidade, impondo novas regras de uso e as outras atividades, pensando no próprio desenvolvimento econômico.

Marx (apud Silva, 1988) afirma que a relação sociedade natureza muda ao modificar-se o contexto histórico em que se desenvolve. Ela não se apresenta homogênea, indiferenciada e estática no decorrer do tempo; altera-se, vai ganhando novas mediações, novas determinações à medida que evolui sua própria História.

Segundo Colchester (1997):

A combinação de uma longa história de associação com seus habitantes e um compromisso de aí permanecer no futuro, leva essas comunidades tradicionais a desenvolver um manejo prudente do meio presente. No entanto, as sociedades tradicionais, quase em todos os lugares, estão sofrendo rápidas mudanças e não está claro se o equilíbrio com o ambiente, que em geral elas apresentam, poderá permanecer nessas circunstâncias em transformação. Em primeiro lugar, muitas comunidades nativas perderam os territórios ancestrais para pessoas de fora e isso levou muita gente a se concentrar em pouca terra, desorganizando padrões tradicionais de apropriação, uso e manejo da terra. Populações nativas têm aumentado a pressão sobre o ambiente.

Observa-se que o recurso passou a ser retirado sem nenhum controle pelos catadores quando as facilidades chegaram às localidades. O uso do recurso para a subsistência, mesmo quando comercializado em São Mateus, era apenas o excedente para suprir as necessidades; o número de caranguejo explorado era

---

<sup>6</sup> Diferente de direito constitucional (comum a nação), trata-se de um valor adquirido dos povos tradicionais sobre o território no qual estabelecem suas relações sociais e sua sobrevivência. Ex. Territórios quilombolas.

menor, pois o catador precisava ficar no mangue para realizar a atividade com o uso do gancho. Ao substituí-lo pela redinha, passou a ter mais tempo disponível, pois vai ao mangue colocá-la e só retorna para recolhê-la. As facilidades levaram ao uso desenfreado do recurso e, segundo os catadores, isso levou a diminuir o número de caranguejo. Nasceu uma competição entre os catadores, o caranguejo deixou de ser um recurso e transformou em mercadoria.

A super exploração dos recursos naturais nasce da própria escassez de recursos; quanto mais pressionadas estiverem as comunidades tradicionais frente o acesso ao recurso, mais o explorarão, devido à falta de alternativas de subsistência – acabam inseridas no mercado das vendas.

A exploração dos recursos do manguezal passou por processos diferenciados de apropriação em tempos diversos, a partir das transformações ocorridas dentro do processo histórico da sociedade que ali vive. Primeiro, pela pequena população local que ali nasceu e viveu, em uma relação de troca e, a quantidade do recurso retirado não provocava alterações que pudessem ser percebíveis, pois o uso do recurso estava voltado apenas para a subsistência. No segundo momento, houve troca do recurso por produtos que as localidades não tinham como produzir e o uso do gancho para facilitar a atividade. No terceiro momento, o caranguejo se transforma em mercadoria, os catadores incorporam alterações no seu modo de vida. Nota-se uma relação entre o modo de vida e o meio natural. Se o modo de vida altera, o meio também ou, se o meio altera o modo de vida também.

Essa submissão do homem em relação aos meios de produção, através do controle da sociedade capitalista sobre a natureza, deixa o homem cada vez mais afastado dela. Silva (2002) destaca que:

“a natureza se apresenta ao homem como sua fonte de meios de vida e de meios de trabalho. Mas, no capitalismo, quanto mais o trabalhador se apropria da natureza, mais ela deixa de lhe servir como meio para seu trabalho e meio para si próprio.”

A pesca artesanal que serviu subsistência para a população local, quando o peixe era sem valor comercial e consumiam espécies que viviam nos brejos: a traíra, o marobá, o jundiá, a cará e a moréia. Hoje continua como uma atividade

principalmente em Barra Nova, porém o consumo foi diminuindo e algumas espécies tornaram-se escassas com a abertura de valas para drenar o brejo e transformá-lo em terra firme. Hoje, a cangoá, o robalo, o camarão e outras espécies do mar são as mais consumidas e tem fim comercial.

No início do século XXI há escassez de recursos, interferência do Estado e, conseqüentemente, novas alterações no modo de vida. O capitalismo se materializou no espaço territorial, começando nova produção espacial. A concorrência também se materializou, conseqüência nascida na comercialização do recurso; o catador passou a disputar o recurso e, assim originam os conflitos pela apropriação do manguezal, onde um dia foi terra de uso comum, agora com demarcações geográficas para o uso do recurso. Território demarcado pelo domínio do recurso.

Para melhor entender o que ocorre nestas localidades requer repensar na relação dessas populações com quem está chegando. Considerando a interação desses grupos, a idéia do multiculturalismo é uma possibilidade para entender essa interação. O que se passa localmente não pode ser comparado na mesma escala do global. Wanier<sup>7</sup> afirma que o local e o global são escalas de observação diferentes, com a globalização houve uma tendência a generalizações.

Muito tem se mostrado sobre mudanças culturais, mas pouco como os fluxos culturais são direcionados nos locais onde circulam e, muito menos nos contra fluxo, ou seja, os fluxos culturais não dominam, existem os contra fluxo, por exemplo, a resistência ou permanência de determinados costumes é um exemplo de contra fluxo. Pensar que sempre uma cultura de massa sobrepõe as outras culturas é negar o conceito de que cultura é algo dinâmico, sempre em construção, da ressignificação daquilo que chega como fluxo. Wanier<sup>8</sup> afirma que é possível uma sinergia das dinâmicas internas e externas. E que cada cultura, cada grupo conserva sua particularidade e defende a sua identidade recontextualizando os bens importados.

---

<sup>7</sup> In: Jean-Pierre Wanier. A mundialização da cultura. 2000.

<sup>8</sup> Ibidem.

O contato das populações tradicionais, não estando mais isoladas, permitiu uma troca de costumes e o conhecimento de um novo modo de vida, o urbano. Mesmo não transportando para as localidades, parte será ressignificada, principalmente as que propuserem melhor conforto ou facilidade na sobrevivência desses grupos. Assim Silva (2000) entende que “não sendo mais uma cultura isolada, mudanças são inevitáveis. Seria ingenuidade ou mesmo perversidade congelar no tempo e no espaço e na cultura”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer deste trabalho foi apresentado Barra Nova e Campo Grande como duas localidades que se inserem no processo de modernização das áreas litorâneas. Buscou-se explicar que as mudanças que surgem nessas localidades estão inseridas em uma lógica de produção espacial que tem sobreposto os territórios de populações tradicionais. Nessa explicação a idéia é destacar como se deu a ocupação e a importância da permanência dessas populações no litoral permitindo a preservação dos recursos naturais e garantindo seus direitos fundiários.

É importante destacar que essa produção do espaço no litoral está dentro do contexto dos projetos de desenvolvimento econômico e tem colocado as populações em conflito, uma vez que estas encontram em área de re-produção do capital. Essa discussão da sobreposição de uso do território das populações extrativistas se faz necessária, pois são grupos invisíveis diante das políticas de desenvolvimento e até mesmo para dar visibilidade aos direitos fundiários em relação ao território.

Finalizo o trabalho deixando explícito que a discussão sobre a sobreposição da produção do espaço sobre o território das populações tradicionais não está encerrada. O que se pretendeu apresentar foram os resultados preliminares de uma pesquisa que está em processo, na tentativa de ter contribuído para o debate acadêmico e para um aprimoramento das questões aqui destacadas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSSÉ, M. L. **As questões de identidade em Geografia Cultural: algumas concepções contemporâneas**. In: PAISAGENS, TEXTOS E IDENTIDADES. Orgs: CORREA, R.L. & ROSENTHAL, Z. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

CARLOS, A. F. A. **A reprodução do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

**CASTRO, E.** Território, Biodiversidade e Saberes de populações Tradicionais: org. **DIEGUES, A.C.** **ETNOCONSERVAÇÃO NOVOS RUMOS PARA A PROTEÇÃO DOS TRÓPICOS**. São Paulo: Editora Hucitec. 2002.

COLCHESTER, M. **Resgatando a Natureza**. org. DIEGUES, A.C. Etnoconservação novos rumos para a proteção dos trópicos. São Paulo: Editora Hucitec. 2002.

COSTA, H. R. da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

**DIEGUES, A.C.** \_\_\_\_\_. **Etnoconservação da Natureza**. São Paulo: Editora Hucitec. 2002.

\_\_\_\_\_. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. Ed 2ª. São Paulo: Editora Hucitec. 1998.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SÃO MATEUS (Município). **Lei Orgânica [do] Município de São Mateus ES**. 1990.

SÃO MATEUS (Município). Lei nº 007 10 de dezembro de 2004: Lei Complementar “**Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão urbana do Município de São Mateus e dá outras providências**”.

SÃO MATEUS (Município). Lei nº 027 de 14 de agosto de 2003. Lei Complementar **“Aprova o Plano de Ordenamento do Distrito de Barra Nova, município de São Mateus, Estado do Espírito Santo”**.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Lei Nº 9.985, 18 de julho de 2000.

SILVA, R.S. **Populações Tradicionais e o conflito com as unidades de conservação ambiental: O caso do Parque Estadual da Serra do Mar \_ Núcleo Piriciguaba**. Anais de Congresso, XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João pessoa \_ PB. 2002.

TEIXEIRA. C.C. **A existência de populações extrativistas no Distrito de Barra Nova São Mateus ES**. Monografia de conclusão de curso de Graduação. UNILINHARES ES, conclusão dez. de 2003.

TOMPES DA SILVA. M.C. **A compreensão da dialética na sociedade e natureza em Marx**. Publicado no Boletim de Geografia. Seção São Paulo. 1988.

WANIER, J. P. **A mundialização da cultura**. Bauru-SP. Edusc, 2000.